

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 24 n. 1
Janeiro/Junho 2014
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 1	p. 01-288	Jan/Jun 2014
------------------------	----------------	-------	------	-----------	--------------

Reestruturação do espaço urbano: o papel dos megaeventos e a luta pelo direito à cidade

Raphael Martins de Martins

RESUMO

Este artigo objetiva, com base em pesquisa bibliográfica, defender que as reformas pelas quais passam nossas cidades não são motivadas pelos chamados megaeventos; pois estes se revelam serem apenas catalisadores de uma estratégia mais ampla de reestruturação urbana, como há mais de um século. Esta estratégia objetiva readequar as cidades ao novo processo de reprodução do capital, bem como fazer frente às suas dificuldades. O “preço a pagar” não é outro que o revelado há mais de uma centúria: a segregação socioespacial dos trabalhadores, principalmente dos mais pobres, seja por intervenção direta do Estado (remoção forçada), seja pela mediação do mercado (remoção “branca”). As situações concretas são muito diferentes, o que se revela semelhante é a forma, o método de reformar nossas cidades: aquele intitulado por Engels, o “método Haussmann”.

PALAVRAS-CHAVE

Capitalismo.
Cidade.
Produção do espaço.
Luta de classes.

Recebido em 30/04/14.

Aprovado em 03/09/14.

Restructuring of the Urban Space: the role of mega-events and the fight for Right to the City

This article aims, based on literature search, to defend that the reforms which are made in our cities are not motivated by so-called mega-events; as they reveal themselves being only catalysts for a broader strategy of urban restructuring, as for over a century. This strategy aims to readjust the cities to the new process of capital reproduction, as well as tackle their difficulties. The “price to pay” is not another then the revealed for over a century: the socio-spatial segregation of workers, particularly the poorest, either by direct state intervention (forced removal), or through the mediation of the market (“white” removal). Concrete situations are very different, what reveals to be similar is the way, the method of reforming our cities: Engels entitled that as the “Haussmann method”.

KEYWORDS Capitalism. City. Production of space. Class struggle.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 1	p. 207-231	Jan/Jan 2014
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

As reformas pelas quais estão passando nossas cidades resultam de um processo necessário de reestruturação espacial decorrente do processo de reestruturação produtiva, desencadeado como estratégia burguesa para fazer frente à crise estrutural na qual ingressou o capitalismo na década de 1970. Por conseguinte, as mudanças por que passam nossas cidades resultam de necessidades do capital, de seu processo de reprodução e de sua reestruturação. A Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) se revela apenas enquanto causa aparente. A causa essencial somente pode ser aprendida por um método que analise tais processos em relação à totalidade; que distinga aparência e essência; não oblitere as mediações; assim como seja capaz de discernir as causas determinantes.

A despeito do espaço reduzido intrínseco a um artigo, gostaria de destacar que busco, quanto ao método, seguir os ensinamentos de Lukács quando este chama a atenção para a necessidade de se tratar de um objeto tanto em sua legalidade quanto em sua historicidade, ou seja, faz-se necessário não o deshistoricizar para que não se obscureçam e confundam “os processos sociais concretos (e as leis que os regem)”; portanto, não se deve apreender o objeto como se constituindo de uma “situação estática”, e sim de um processo (LUKÁCS, 2011, p.85). Ora, se para a apreensão do concreto se faz necessário o conhecimento da legalidade (para o caso da sociedade burguesa, das relações sociais de produção capitalistas) e da historicidade (os fenômenos histórico-sociais), estes serão apreendidos a contento somente se, entendidas as determinações e legalidades universais, se alcançar também o “conhecimento da legalidade particular desse ser-precisamente-assim” (LUKÁCS, 2011, p.84). É justamente o estudo desta indivisível unidade dialética, do ser-precisamente-assim dos fenômenos históricos sociais e das leis que os regem (as relações sociais de produção capitalistas, organizadora da totalidade social), que permite, nos termos de Lênin, “a análise concreta da situação concreta”, ou seja, a compreensão dos processos históricos sociais, do processo de constituição do

ser-precisamente-assim, enquanto “modo necessário pelo qual se apresenta o jogo contraditório das forças socioeconômicas que operam em determinado momento no interior de um complexo social situado num estágio específico de seu desenvolvimento histórico” (LUKÁCS, 2011, p.84).

Por conseguinte, busca-se, neste texto, por meio da exposição do objeto em sua manifestação histórica, em sua forma aparente (em sentido marxista)¹, revelar as causas essenciais que exigem projetos renovadores dos espaços urbanos. Defende-se, assim, a hipótese de que as cidades brasileiras estão sendo reformadas não para que o Brasil tenha condições de “receber” um gigantesco público estrangeiro (e, desse modo, a um só tempo, seja aproveitada esta “oportunidade única”), mas por necessidade do capital, de sua reprodução, como há mais de cem anos. Do que se trata, portanto, é de uma nova reforma urbana (de uma reestruturação do espaço urbano) funcional ao processo de reestruturação do capital, que encontra, na necessidade do capital de reestruturar o processo de trabalho, seu núcleo fundante. Assim, não se pretende incorrer no equívoco de condenar-se à crítica do aparente, e sim chamar a atenção daqueles que almejam à efetivação do direito à cidade de que se faz necessário aprender às transformações de nossas urbes como parte de uma totalidade, como um processo posto em desenvolvimento por forças socioeconômicas determinadas por legalidades universais, como sendo fruto de necessidades de processos históricos sociais, do devir da totalidade social. Deste modo, se o conhecimento teórico de um objeto exige a apreensão de sua estrutura e de sua dinâmica, enfatiza-se, neste texto, a dinâmica dos processos de

1 A aparência constitui-se em manifestação da essência, é partícipe desta; o fenômeno é reflexo da essência. Aquele deve ser entendido enquanto “algo fugaz, transitório, rapidamente negado e superado pela essência mais profunda” (LEFEBVRE, 1987, p. 217). Em qualquer pesquisa, ancorada no método dialético, o imediato, o fenômeno é o ponto de partida; de modo algum, contudo, constitui-se em seu termo (LEFEBVRE, 1987, p. 218). Por isso o conhecimento teórico exige o estudo do fenômeno e da essência, a formulação de uma teoria da essência e do fenômeno. A essência se realiza por meio da aparência; sem esta, aquela não toma parte no real (LEFEBVRE, 1987, p. 219). Que não reste dúvida: a razão de ser do fenômeno deve ser buscada na essência, e não no fenômeno antecedente. No entanto, somente se pode relacionar certo fenômeno à sua causa essencial se captadas as mediações; assim, se pode compreender esta aparência fenomênica como manifestação necessária, em razão de uma causa essencial, a um determinado momento do desenvolvimento histórico. Essência e fenômeno, por conseguinte, apesar de ser necessário diferenciá-los para sua correta e rigorosa apreensão, na realidade, formam “uma unidade real realmente inseparável” (LUKÁCS, 1968, p. 221-2).

“renovações urbanas” para chamar a atenção dos jovens pesquisadores, dos profissionais e dos militantes dos movimentos sociais urbanos comprometidos com a transformação de nossa realidade urbana, à necessidade de compreendê-la como parte de um todo social, determinado por uma legalidade própria, histórica².

Com isso, chamo atenção à importância do método dialético para a compreensão do que ocorre atualmente em nossas cidades. A princípio, passa-se para o cidadão comum a informação de que vultosos volumes de recursos públicos estão sendo “mal investidos” em obras, exigidas pela FIFA, cujo “legado” é questionável. Os números realmente impressionam: apenas com o “custo dos estádios”, estimativa oficial aponta gastos na ordem de R\$ 8,9 bilhões, bem acima dos R\$ 2,6 bilhões previstos no primeiro levantamento técnico elaborado pela FIFA em 2007 (CHADE, 2014). Ora, isso é só a aparência do que verdadeiramente ocorre. Almejo que o leitor se convença de que tais investimentos têm muito pouco a ver com a realização de um evento pontual (ainda que se trate de um megaevento). Passados alguns anos, “todos” se darão conta disso. Contudo, verifica-se que boa parte dos movimentos contestatórios (no mais amplo espectro político) centrou a luta contra as “obras da Copa”. Dá-se conta apenas da aparência, do que lhe salta aos olhos. Não obstante, o estudo rigoroso revela outra coisa, a saber, processos de renovações urbanas que, assim como há mais de um século, refuncionalizam as cidades em favor da reprodução do capital.

Foi Friedrich Engels quem compreendeu, no calor dos acontecimentos, o significado novo que a burguesia atribuía, na segunda metade do século XIX, aos centros das cidades, não só do ponto de vista político, mas também econômico e social, em seu clássico *Contribuição ao problema da habitação* (ENGELS, 1976).

Nele, Engels nos fornece a chave interpretativa desse fenômeno: o “método Haussmann”. Método já sobejamente analisado e amplamente conhecido por todos os estudiosos das transformações urbanas ocorridas nas mais diversas partes do mundo a partir de meados do século XIX. Con-

2 Portanto, legalidade aqui deve ser entendida no sentido de determinações constitutivas, estruturadoras de uma totalidade. A análise concreta deve ser capaz de apreender a legalidade de cada totalidade em sua especificidade: “Cabe à análise de cada um dos complexos constitutivos das totalidades esclarecer as tendências que operam especificamente em cada uma delas” (NETTO, 2011, p. 57).

forme Engels, essa é a forma encontrada pela burguesia para “solucionar” o problema da habitação nos centros urbanos.

Sujeita também às epidemias, que periodicamente assolavam as cidades, a burguesia “não pode permitir-se impunemente o prazer de favorecer as enfermidades epidêmicas no seio da classe operária” (ENGELS, 1976, p. 68). Isso porque, conforme as “ciências naturais modernas”, os focos de origem das epidemias são os bairros menos arejados e mais insalubres dos núcleos urbanos, ou seja, os bairros operários.

Contudo, as “melhorias” dessas áreas insalubres e pestilentas não foram feitas em generoso benefício da classe trabalhadora; a burguesia encontra, nessas reformas, meios de enriquecimento. Com a extensão das grandes cidades, há uma valorização artificial dos terrenos situados nas áreas centrais: os edifícios neles localizados, em vez de aumentar os valores desses terrenos, os diminuem – “já não correspondem às novas condições”, esclarece Engels (1976, p. 51). Serão, conseqüentemente, derrubados e substituídos por novos edifícios. As moradias operárias serão as primeiras, seus aluguéis, “inclusive nas casas mais superpovoadas, jamais podem ultrapassar certo máximo, ou em todo caso só podem de uma maneira extremamente lenta” (ENGELS, 1976, p. 51). Em seu lugar, “constroem-se lojas, armazéns ou edifícios públicos” (ENGELS, 1976, p. 51). Como conseqüências resultam o enriquecimento privado, cidades mais belas aos olhos burgueses, mais funcionais ao projeto urbano modernizador capitalista e a expulsão dos trabalhadores das áreas centrais:

Por intermédio de Haussmann, o bonapartismo explorou extremamente essa tendência em Paris para a especulação e o enriquecimento privado. Mas o espírito de Haussmann esteve também em Londres, Manchester e Liverpool; e até em Berlim e Viena parece ter-se instalado em sua própria casa. O resultado é que os operários vão sendo afastados do centro para a periferia (ENGELS, 1976, p. 51-2).

Por conseguinte, a solução burguesa para o problema da habitação nos centros urbanos consistiu em transferir essa população pobre sem modificar qualitativamente suas condições de moradia no novo lugar, ou seja, sua “solução” cria sempre de novo o problema. O seu método permite-lhe, nas palavras de Engels, “resolver a sua maneira”. Método este que não consistiu apenas em abrir grandes avenidas, no período posterior à Revolução de 1848 (data que marca a independência do proletariado em

relação à burguesia) para que melhor se possa combater a tática preferida de luta dos proletários de então, a saber, a luta de barricadas, mas também lhe permitiu modernizar funcionalmente e embelezar os centros urbanos (transformando-os em “cidades de luxo”), propiciando-lhe lucros vultosos e maior controle sobre o espaço urbano. O denominado método Haussmann é entendido, por Engels, como sendo:

[...] a prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários particularmente os situados no centro de nossas grandes cidades, quer isso corresponda a uma medida de saúde pública ou de embelezamento, quer a uma procura de grandes locais comerciais no centro, quer a necessidade de comunicação, como ferrovias, etc. (ENGELS, 1976, p. 93).

Sendo assim, o que podemos concluir, tomando como base o livro de Engels – e que é demonstrado claramente para o caso do Rio de Janeiro por Jaime Larry Benchimol (1990) e Sidney Chalhoub (2006) –, é que o processo de expulsão dos trabalhadores das áreas centrais das cidades apresentou um núcleo comum, quanto à forma de realizá-lo, nos mais diversos projetos de modernização burguesa dos centros urbanos. Todos esses projetos de modernização estavam sujeitos à mesma necessidade econômica, qual seja, permitir a valorização dos imóveis e adequação das cidades às necessidades burguesas. É por isso que o método Haussmann se tornou a forma universal de modernização burguesa das cidades, é por isso que pôde ser utilizado na Paris pós-1848, na cidade industrial de Manchester no mesmo período (em seu processo de modernização descrito por Engels) e no Rio de Janeiro na passagem do século. Esse método permite que as cidades sejam reformadas em proveito das novas relações sociais, a saber, as relações sociais de produção capitalistas.

Frações burguesas atentas às oportunidades de investimentos abertas com a expansão e transformação da malha urbana da cidade do Rio de Janeiro se beneficiaram fartamente com o “bota-abaixo” e a nova legislação edilícia que promoveram a expulsão dos trabalhadores, a derrubada das habitações coletivas. Neste passo, o processo de modernização dos meios de transporte exerce papel indutor imprescindível: a expansão urbana está diretamente ligada às possibilidades de circulação, de acesso aos centros das urbes. A partir destas, surgiram as Zonas Norte e Sul. É justamente o papel indutor exercido pelo transporte no espraiamento da cidade que permite a confluência de duas frações burguesas: aquelas representantes

dos capitais investidos nos setores de transporte e imobiliário. A compra e posterior loteamento de terras, antes destinadas a atividades rurais (de chácaras e fazendas), marcam o *modus operandi* que permitem o enriquecimento especulativo de grupos burgueses³.

3 A própria segregação socioespacial da cidade do Rio de Janeiro somente se inicia com o desenvolvimento dos meios de transportes públicos, o qual ocorreu através de concessão de serviço de interesse público pelo Estado às companhias privadas. Antes de tal desenvolvimento, todas as classes sociais residiam na área central da cidade, a mobilidade espacial era privilégio de poucos. Revela-se aqui algo intrigante, foi o desenvolvimento do transporte público (daquilo que muitos experts tratam como essencial à integração das massas suburbanas) que possibilitou a segregação urbana, a negação da cidade, a sua extensão como negação de sua centralidade. Com a possibilidade de deslocamentos diários em direção ao centro urbano por meio de bondes, áreas mais longínquas puderam ser incorporadas ao tecido urbano. Surgiam, assim, os bairros situados às Zonas Norte e Sul (ABREU, 2011, p. 37). No desenrolar deste processo de modernização da cidade, tanto representantes do capital nacional como do capital internacional, assim como diferentes frações do capital, interessaram-se em “contribuir” com o desenvolvimento da até então principal urbe brasileira. Nesse ínterim, vultosos capitais se reuniram no intuito de abocanhar este mercado promissor, como é o caso da constituição, em 1904, no Canadá, da The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited (a Light) com a missão de “introduzir, aqui no Rio, a energia elétrica gerada por força hidráulica, destinada à iluminação, força motriz e outros fins industriais” (DUNLOP, 1972, p. 42). Logo, angariando habilmente apoio dentro do aparelho estatal, a Light se apropriou não somente do serviço de energia elétrica como de transporte por bondes da cidade (DUNLOP, 1972, p. 42). Fundada no Canadá para atuar no setor de produção e distribuição de energia elétrica, assim como no de transporte coletivo por meio de bondes elétricos no exterior, a Light adentrou no território nacional pela cidade de São Paulo (com a The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited, formada em 1899). Foi do lucro obtido na cidade de São Paulo (principalmente, do serviço de transporte urbano, uma vez que o de fornecimento de energia somente seria lucrativo a partir da década de 1920), que a Light constituiu capital para investir na “construção do sistema de serviços do Distrito Federal”, cinco anos depois (SAES, 2010, p. 115). Enfim, a Light é fruto da reunião de capitais canadenses para explorar serviços públicos no exterior, o que era comum na transição do capitalismo concorrencial ao monopolista (SAES, 2010, p. 91). Em 1912, todas as filiais da Light se reuniram na Brazilian Traction Light and Power Co. Ltd. (SAES, 2010, p. 126). Evidentemente, a Light tornou-se proprietária de diversos terrenos em processo de valorização devido à extensão do tecido urbano e do investimento na infraestrutura de serviços urbanos (SAES, 2010, p. 125). Prática comum de empresas monopolistas constituídas por capitais em excesso cujo objetivo, como nos chama atenção Lenin, é valorizar-se por meio do investimento na modernização das cidades: “Uma das operações particularmente lucrativas do capital financeiro é também a especulação com terrenos situados nos subúrbios das grandes cidades que crescem rapidamente. O monopólio dos bancos funde-se neste caso com o monopólio da

Como é de se imaginar, as transformações na cidade do Rio de Janeiro, na passagem para o século XX, não foram feitas em nome dos reais interesses daqueles que delas se beneficiaram, mas sob a máscara de uma suposta teoria científica. O que a análise revela são interesses de classe; da classe em ascensão buscando “reestruturar” a cidade em prol de sua avidez, refuncionalizando-a, adequando-a melhor ao estágio de desenvolvimento do capitalismo, às formas de reprodução do capital. A justificativa de tal “discurso científico” se deu a partir da formulação das hipóteses de higienistas do período que viam naquela forma de habitação e aglomeração coletiva a causa das epidemias que assolavam a cidade.

Outro motivo para o combate aos cortiços: estes se constituíam em espaços estratégicos da luta dos trabalhadores negros no seio mesmo do espaço urbano (CHALHOUB, 2006, p. 29). A resistência dos negros libertos ou fugidos que moravam em cortiços pode ser caracterizada como uma luta pela cidade, uma luta pela sua existência social no espaço urbano. Dessa forma, ao expulsar ou impedir que os trabalhadores residissem nas áreas centrais (por meio de restrições impostas pela legislação edilícia) das cidades, as reformas urbanas (cujo momento tornado ícone nacional ocorreu durante a gestão Pereira Passos) promoveram uma enorme concentração de favelas⁴. Tratou-se de um processo de expulsão das chamadas “classes perigosas” das áreas centrais das cidades. Foi Lilian Fessler Vaz quem, conforme Sidney Chalhoub, apresentou-nos o que pode ter sido o ato de passagem da era dos cortiços para a entrada no século das favelas: a demolição, no ano de 1893, do mais célebre cortiço carioca no final no século XIX, a saber, o Cabeça de Porco. Com a destruição, comandada pessoalmente pelo prefeito Barata Ribeiro (1892-3), da mais importante estalagem de então, “alguns moradores devem ter subido o morro lá mesmo por detrás” (CHALHOUB, 2006, p. 17) do imóvel arrasado. Passados

renda da terra e com o monopólio das vias de comunicação, pois o aumento dos preços de terrenos, a possibilidade de vendê-los vantajosamente em parcelas etc. dependem principalmente das boas vias de comunicação com a parte central da cidade, que se encontram nas mãos de grandes companhias, ligadas a esses mesmos bancos mediante o sistema de participação e distribuição dos cargos diretivos” (LENIN, 2012, p. 85-6).

4 Dados referentes ao ano de 2010 revelam o peso assumido pelos intitulados “aglomerados subnormais” na conformação socioespacial da cidade do Rio de Janeiro: 22,15% dos 6.288.588 habitantes do Rio moram nestas áreas, ou seja, 1.393.314 pessoas; entre 2000 e 2010, o número de pessoas residentes em favelas cresceu 18,9%, enquanto a população da cidade aumentou 8% (IPP, 2013, p. 09-10).

alguns anos, em 1897, os soldados egressos da campanha de Canudos, com a autorização de seus chefes militares, instalaram-se no morro, passando então a ser chamado de “morro da Favela”. Foi exatamente a destruição do Cabeça de Porco que assinalou a mudança do modo de viver e do locus de moradia dos trabalhadores pobres:

A destruição do Cabeça de Porco marcou o início do fim de uma era, pois dramatizou, como nenhum outro evento, o processo em andamento de erradicação dos cortiços cariocas. [...] Com efeito, trata-se de algo inesquecível: nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas⁵ (CHALHOUB, 2006, p. 17).

Portanto, esse combate sem tréguas às habitações coletivas dos trabalhadores nas áreas centrais da cidade beneficiou determinadas frações de classe atentas “às oportunidades de investimento abertas com a expansão e as transformações da malha urbana da corte” (CHALHOUB, 2006, p. 52). Elas buscavam explorar o enorme potencial existente na “construção de moradias e no provimento da infraestrutura indispensável à ocupação de novas áreas da cidade” (CHALHOUB, 2006, p. 52). Por conseguinte, agora, como há mais de um século, do que se trata, quando se promove reformas urbanas burguesas, é adequar o espaço urbano aos processos renovados de reprodução do capital resultantes de reestruturação produtiva. Senão, vejamos. Um conceito, desenvolvido por David Harvey, nos ajudará muito nessa empreitada de compreender o papel da cidade nesta nova fase de acumulação e reprodução do capital: o conceito de empreendedorismo urbano.

Nas últimas décadas, houve uma inflexão na orientação política adotada pelos governos urbanos, passou-se a conceber suas ações como empreendedoras, ou seja, para que uma cidade possa obter “benefícios positivos”,

5 Segundo o Relatório dos Trabalhos da Inspetoria Geral de Higiene (apud BENCHIMOL, 1990, p. 181), de 1982, a população moradora de cortiços na cidade do Rio de Janeiro era da ordem de 100 mil habitantes, de um total de 522.651 (CARVALHO, 1995, p. 152). O processo de expulsão dos habitantes de cortiços ocorre no decorrer do tempo, em maior ou menor intensidade, de modo brusco ou paulatino, a depender das iniciativas do governo, da resistência dos trabalhadores ou do quantum de aumento do custo de vida. Entretanto, calculou a comissão designada pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores para elaborar um projeto de lei de construção de habitações populares que, no “bota-abaixo” promovido pelo governo Pereira Passos (1903-06), foram removidas mais de 13 mil pessoas (ABREU, 1994, p. 37).

deve adotar “uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento urbano” (HARVEY, 2006, p. 165). Essa inflexão tem sua origem na crise recessiva de 1973, em que a desindustrialização, o desemprego disseminado e a austeridade fiscal, juntamente a ascensão do “neoconservadorismo” e de um forte apelo à racionalidade do mercado e à privatização, passaram a ser a tônica no debate das economias centrais (HARVEY, 2006, p. 166).

Com os fluxos financeiros das empresas multinacionais se tornando cada vez mais fluídos e fugazes, coube aos poderes locais negociar diretamente com o capital financeiro internacional. Nessa relação, aquele deve fazer “o possível para maximizar a atratividade do local como chamariz para o desenvolvimento capitalista” (HARVEY, 2006, p. 166). Tal mudança no modo de financiamento do desenvolvimento urbano resulta em consequências sérias às gestões municipais, especialmente no que diz respeito à possibilidade, há muito alimentada no seio da esquerda, de governos municipais, eleitos pelo voto popular, realizarem mudanças nas políticas públicas que beneficiem o trabalho em detrimento do capital. Nesse novo modelo, não é mais possível conseguir, como anteriormente à década de 1970 (administrativismo urbano), financiar o desenvolvimento urbano apenas lançando mão do fundo público (ainda que, também antes, maior parte estivesse sob o controle dos governos centrais). O poder local deve convencer, atrair o capital oferecendo-lhe vantagens em relação a outras localidades concorrentes: “o empreendedorismo urbano (no sentido mais amplo) se encaixa numa estrutura de concorrência interurbana de soma zero concernente a recursos, empregos e capital” (HARVEY, 2006, p. 167). Assim, o conceito de empreendedorismo urbano exige que se estabeleça uma “governança urbana” (em detrimento de um mero “governo urbano”), ou seja, a administração urbana exerce um papel muito mais de facilitador ou de coordenador no interior de uma “coalização de forças mais amplas” (HARVEY, 2006, p. 169). O empreendedorismo urbano apresenta três características básicas, apesar de não poderem ser generalizadas em absoluto:

A noção de parceria público-privada referencia o “novo empreendedorismo”. Ela se estabelece por meio de uma aliança entre o poder governamental local e a iniciativa privada tradicional local. Objetiva atrair fontes externas de financiamento (HARVEY, 2006, p. 170).

Em segundo lugar, não se concebe um desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado, mas projetos de caráter especulativos nos quais

são intrínsecos à sua concepção obstáculos e riscos relacionados ao desenvolvimento especulativo. Contudo, na maior parte dos casos, o poder público (local) assume o risco, enquanto as benesses cabem ao setor privado⁶ (HARVEY, 2006, p. 171).

Em terceiro lugar, o enfoque do empreendedorismo concerne à economia política do lugar, ou seja, as oportunidades de negócios advindas com uma intervenção urbana de impacto. Daí a emersão do chamado “planejamento estratégico” no qual são, de modo tópico, “definidos pontos estratégicos – áreas degradadas a serem transformadas em novas centralidades –” (ARANTES, 2013, p. 08) que devem receber polpudos investimentos com vistas a pôr as cidades à venda, a atrair investidores⁷.

O empreendedorismo urbano, portanto, busca estabelecer vantagem de uma localidade em relação às demais. São quatro os tipos de opções de vantagens que um projeto empreendedor pode buscar almejar (sem desconsiderar a possibilidade de sua combinação):

Primeiro, a criação da exploração de vantagens específicas, considerando a divisão internacional do trabalho, para a produção de bens e serviços. Abstraindo certas vantagens decorrentes de acesso a recursos naturais (o petróleo, por exemplo) ou localizacionais (pode-se apresentar como exem-

6 Estimulados pelo doutor em sociologia John Kasarda, dirigentes de mais de quinze cidades do mundo (dentre elas, Amsterdã, Moscou, Johannesburgo, Dallas) embarcaram em seu projeto em conceber aerotrópoles (metrópoles aéreas), o qual consiste em atrair empresas de capital internacional para instalarem-se no entorno de aeroportos. O governo do Estado de Minas Gerais acredita na ideia e já investiu vultosa soma no intuito de tornar atraente a área do aeroporto de Confins, recentemente privatizado pelo governo Dilma: “O plano do governo de Minas Gerais é fazer de Confins uma versão local desse fenômeno. [...] O governo mineiro também investiu R\$ 1 bilhão em obras de infraestrutura na área e duplicou a rodovia entre o aeroporto e a capital. [...] ‘Queremos diversificar a economia mineira. É mais eficiente fazer planejamento urbano do que conceder benefícios fiscais’, diz Luiz Antônio Athayde, subsecretário de Investimentos Estratégicos do governo de Minas Gerais” (CISCATI, 2013, p. 69-70).

7 O Prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes afirmou, em referência ao projeto de cidade que desejava implementar: “é a possibilidade que você tem de vender seu país” (PAES, 2012). Parece que este projeto de “vender a cidade” do Rio de Janeiro, que envolve desde a “revitalização” da área do Porto a investimentos pesados de infraestrutura de transporte ligando à Barra da Tijuca ao restante da cidade, tem conseguido alcançar seu objetivo de atrair capitais, como é explicitado pela Revista Época: “Nos últimos cinco anos, o Rio recebeu US\$ 21 bilhões em investimento estrangeiro, mais que o dobro dos cinco anos anteriores. Empresas voltaram a se instalar na cidade” (MENDONÇA, 2013, p. 42).

plo o acesso comercial a costa americana do Pacífico), outras vantagens podem ser criadas como resultado de “investimentos públicos e privados nas infraestruturas físicas e sociais que fortalecem a base econômica da região metropolitana como exportadora de bens e serviços” (HARVEY, 2006, p. 172). Neste caso, a qualidade, a quantidade e o valor da força de trabalho assumem considerável relevância, daí o papel de destaque de grandes instituições como as universidades.

A segunda opção consiste na busca por uma região urbana que ofereça uma melhor posição competitiva no que concerne à “divisão espacial de consumo”. Essa busca não se limita a atrair turistas ou aposentados, mais do que isso, almeja-se fomentar o consumo de massa, inclusive promovendo festivais e eventos culturais:

Paradoxalmente, os investimentos para atrair os dólares dos consumidores cresceram rapidamente como reação à recessão generalizada. Esses investimentos enfocam, cada vez mais, a qualidade de vida. A valorização de regiões urbanas degradadas, a inovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano), atrações para consumo (estádios esportivos, centros de convenção, shopping centers, marinas, praças de alimentação exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos em base temporária ou permanente) se tornaram facetas proeminentes das estratégias para regeneração urbana (HARVEY, 2006, p. 174).

A terceira opção se refere à possibilidade de uma cidade ou região tornar-se referência no desenvolvimento de atividades de controle e comando no que concerne “às altas finanças, ao governo, à coleta de informações e ao seu processamento (incluindo a mídia)” (HARVEY, 2006, p. 175). O que requer infraestrutura específica e, em geral, dispendiosa. Portanto, trata-se, neste caso, de investir vultosos recursos em transporte, comunicação e na “qualificação adequada” da força de trabalho superespecializada que permitam o desenvolvimento dessa rede de atividades em que a informação, o controle e o comando são suas especialidades: “Isso representa grandes investimentos em transporte e comunicações (aeroportos e teleportos, por exemplo), e na oferta de espaço adequado de trabalho, equipado com as ligações internas e externas necessárias para minimizar os tempos e os custos das transações” (HARVEY, 2006, p. 175). Como se pôde perceber, neste caso, os antigos núcleos urbanos dos países avançados

(Nova York, Londres etc.) têm grande vantagem na competição por atrair esse tipo de investimento. É justamente a hipertrofização dessa espécie de atividade que induz a elaboração de uma concepção absolutizante segundo a qual a cidade contemporânea (e, principalmente, a do futuro) é a cidade pós-industrial, informacional, de exportação de serviços: somente na “Grã-Bretanha, em menos de uma década, a quantidade de empregos no setor financeiro e de seguros dobrou” (HARVEY, 2006, p. 175). Seus apologistas se esquecem de analisar a totalidade, não apreendem sua inserção na divisão internacional e espacial do trabalho.

A quarta opção se refere à velha busca por pesados investimentos estatais de recursos provenientes do governo central. Harvey contesta os que afirmam que os governos centrais não redistribuem mais seus superávits. Em verdade, nosso geógrafo defende a tese de que os “canais mudaram”.

Ora, é justamente a combinação dessas estratégias que resulta na “prosperidade desigual das regiões metropolitanas” (HARVEY, 2006, p. 176). Sendo assim, o empreendedorismo urbano supõe a concorrência interurbana, a busca competitiva por atrair determinados investimentos (formando polos) em detrimento de outras cidades ou regiões metropolitanas. A diminuição dos custos de transportes e a conseqüente redução das barreiras espaciais possibilita alta mobilidade ao capital multinacional. Este tem, assim, aumentada sua capacidade em selecionar os locais mais adequados à sua reprodução, realçando a importância das condições específicas de reprodução num determinado lugar. Em conseqüência, a concorrência interurbana passa a exercer um “poder coercitivo externo” sobre certas cidades, o que força a reprodução repetitiva e serial de certos padrões de desenvolvimento (a reprodução em série de novos centros culturais e de entretenimento, de construções à beira-mar ou de rios, de grandes shoppings centers com equipamentos pós-modernos, parques científicos, enobrecimento de regiões degradadas – gentrificação⁸ –) (HARVEY, 2006, p. 177-8).

8 O termo gentrificação é utilizado para designar o processo de “requalificação” de uma área em que há a substituição de parte da população pobre por camadas médias ou altas, devido a uma série de intervenções públicas e privadas visando recuperar a imagem dessa área, seguidas vezes, destacando a importância de seu patrimônio histórico e cultural, assim como, a incorporação de novos equipamentos de impacto na paisagem. O objetivo dessa série de intervenções é claro: revalorizar determinada área da cidade. Os próprios “projetos estratégicos” balizadores dessas intervenções delineiam o tipo de consumo e de atividades que acabam por determinar o perfil dos novos ocupantes ao

Ora, como se trata de concorrência entre as cidades, logo que uma conquista alguma vantagem, em decorrência de investimentos de capital em infraestrutura e equipamentos urbanos, outras cidades buscarão fazer o mesmo, dando, assim, um caráter efêmero ao nível de desenvolvimento alcançado. Desenvolvimento este que sempre será relativo, visto tratar-se de uma concorrência:

Muitas das inovações e dos investimentos idealizados para tornar certas cidades mais atraentes como centros culturais e de consumo foram rapidamente imitadas em outros lugares, tornando efêmera qualquer vantagem competitiva num conjunto de cidades. Quantos centros de convenções, estádios, Disney Worlds, zonas portuárias renovadas e shopping centers espetaculares podem existir? Muitas vezes, o sucesso é fugaz ou se torna discutível pelas novidades semelhantes ou alternativas que surgem em outros lugares (HARVEY, 2006, p. 180-1).

Assim, os chamados “megaeventos” exercem o papel de catalisadores no sentido de concentrar, em determinado centro urbano, gigantescos investimentos e intervenções numa medida de tempo relativamente curta, levando a reformulação da cidade, resultando, inclusive, em “ajustes acelerados, ainda que passageiros, em relação aos problemas urbanos” (HARVEY, 2006, p. 182). Esses investimentos, que visam à “promoção de eventos efêmeros num determinado palco” (HARVEY, 2006, p. 182), têm no turismo, na produção e no consumo de espetáculos, seus álibis justificadores. Contudo, deve-se destacar o caráter essencialmente especulativo desse tipo de empreendimento, visto que, “por exemplo, preparar-se para concorrer a sediar uma Olimpíada⁹ é uma prática dispendiosa, que talvez se pague ou não” (HARVEY, 2006, p. 182). Trata-se, portanto, de buscar, lançando mão,

produzirem “paisagens urbanas que as classes médias e altas podem consumir, criando assim uma verdadeira conquista por uma coalizão de classes mais à vontade e confortáveis no desfrute da desigualdade social” (ARANTES, 2013, p. 63).

9 Otilia Arantes nos dá uma amostra das imposições que se colocam até mesmo a três das principais cidades do mundo ao se disporem a concorrer a sediar os Jogos Olímpicos: “O caso das Olimpíadas de 2012 é exemplar a respeito: vários canteiros de obras começaram a ser abertos nas metrópoles candidatas que queriam se mostrar habilitadas a despender rios de dinheiro para se transformarem por alguns dias na capital mundial. Madri já desencadeara um processo de renovação urbana e lançara na mesa grandes projetos. Paris, que já vinha se renovando há décadas, não ficou muito atrás. Porém, quem finalmente venceu foi Londres, frustrando as demais concorrentes, especialmente seus gestores, mas também seus habitantes (talvez mobilizados pelo tal ‘patriotismo cidadão’)” (ARANTES, 2013, p. 33-4).

imprescindivelmente, da “criação de uma imagem urbana atraente” (HARVEY, 2006, p. 182), vender uma cidade como local mais apropriado para o desenvolvimento de determinadas atividades (ou conjunto de atividades). Por conseguinte, a concessão de vantagens às empresas (força de trabalho em quantidade e qualidade adequadas, infraestrutura, recursos naturais, regulamentação e tributação governamental e até controles ambientais adequados a certo tipo de empreendimento) assume papel decisivo quando se trata de atrair investimentos num mundo em que o capital apresenta enorme capacidade de mobilidade. Em consequência, ao se impor às cidades a estratégia do empreendedorismo urbano, cujo pressuposto é a concorrência interurbana, não lhes restam alternativa senão restringir seu desenvolvimento àquele de tipo capitalista: “então mesmo os governantes municipais socialistas mais resolutos e vanguardistas farão, no fim, o jogo capitalista, desempenhando o papel de agentes disciplinadores em relação aos próprios processos que estão tentando resistir” (HARVEY, 2006, p. 167). Nesse modelo, a “missão” da “governança urbana” não pode ser outra que “atrair fluxos de produção, financeiros e de consumo de alta mobilidade e flexibilidade para seu espaço” (HARVEY, 2006, p. 178). Contudo, tal modelo não pode assegurar um resultado positivo (mesmo que seduza um grande volume de capital), pois o risco lhe é inerente. Os investimentos de capital assumem necessariamente um caráter especulativo. A concorrência interurbana impõe “espirais ascendentes e descendentes de desenvolvimento e declínio urbano” (HARVEY, 2006, p. 178). As incertezas, inerentes ao capitalismo contemporâneo, em suma, impõem-se também ao urbano, submetido à estratégia do empreendedorismo, sujeito à “concorrência interurbana”, às peripécias do capital sobreacumulado em busca de sua valorização.

A Arquitetura e o Urbanismo têm seus papéis novamente modificados, não mais servem ao poder projetando cidades funcionais à reprodução do capital que tem na indústria fordista seu carro chefe. Com a reestruturação produtiva, a própria cidade deve ser concebida e produzida como “máquina de crescimento”: “Atualmente, o urbanismo não vem mais para corrigir, mas para incrementar a proliferação urbana, para otimizar a competitividade das cidades” (ARANTES, 2013, p. 14-5).

A novidade, com a reestruturação das cidades, não está na produção do espaço urbano ou na venda de parcelas da cidade. A sociedade sempre produziu seu espaço. A venda de parcelas da cidade emerge juntamente com as relações sociais capitalistas. O que se coloca como inédito (a partir

da década de 1990) é a venda da cidade (SÁNCHEZ, 2010, p. 49); da produção global do espaço (SÁNCHEZ, 2010, p. 138). O urbanismo é reduzido ao “urbanismo dos promotores de venda” (LEFEBVRE apud SÁNCHEZ, 2010, p. 48), em que se concebe e se realiza o espaço para a venda, para o mercado, enquanto valor de troca. Nesse plano e volume de negócio, não mais se vende simplesmente um imóvel, uma parcela do globo, mas “uma parcela do espaço codificado pelo urbanismo” (SÁNCHEZ, 2010, p. 48). A parcela ganha novo significado quando articulada à cidade. As cidades são reestruturadas para serem vendidas, contudo, em realidade, apenas suas parcelas podem ser vendidas e compradas pelos proprietários privados. A cidade não mais é concebida e produzida como obra, mas produto; o estilo, submetido aos imperativos do mercado, transforma-se em espetáculo, em objeto de consumo.

Contudo, apesar da cidade ser vendida em parcelas¹⁰ sua produção se dá em escala global, o espaço social é planejado para ser produzido em sua totalidade. A produção global e total do espaço social se constitui em mais uma inovação nessa reestruturação espacial, em mais uma tentativa do capitalismo em fazer frente à sua crise: “A estratégia vai muito mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e de decisão” (LEFEBVRE, 2008b, p. 141). Assim a produção global e total do espaço vai muito além da mera reprodução do capital (mais-valia) por meio da produção do espaço, mas como reorganização completa da produção, sob o imperium dos centros de informação e decisão. De modo algum, como temos visto neste artigo, se trata de compreender a reestruturação urbana enquanto processo isolado. Ela ocorre em simultâneo com a reestruturação produtiva e à reforma do Estado de inspiração neoliberal¹¹.

O incrível desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação não elimina a importância do espaço concreto, porém, redimensiona o seu

10 O que permite, nas palavras de Marx, “que determinados indivíduos sejam proprietários de determinadas parcelas do globo terrestre” (MARX, 2008, p. 845).

11 Foi o governo de Margaret Thatcher que estabeleceu um novo paradigma no que diz respeito à política pública de habitação, não mais uma política social, mas a transformação da habitação de promoção pública numa mercadoria pela mediação do mercado financeiro (ROLNIK, 2011, p. 14). Também foi seu governo que iniciou a “reviravolta neoliberal” quanto à mudança ocorrida no modo de planejar as cidades (ASCHER, 1994, p. 85).

papel. Busca-se explorar pequenas diferenças no conteúdo do espaço quanto à oferta de mão de obra, recursos e infraestrutura que “se transformam, de um momento a outro, em elementos altamente significativos” (HARVEY apud SÁNCHEZ, 2010, p. 75). Sendo assim, quando se fala em “planejamento estratégico”, deve-se ter claro que seu objetivo é vender as cidades, atrair capitais sobreacumulados para serem investidos em parcelas determinadas da cidade. Para tanto, lança-se mão do “city marketing”, concebido como um “mecanismo institucional de promoção e venda das cidades” (SÁNCHEZ, J, apud SÁNCHEZ, F, 2010, p. 55). Nele, a miséria é compreendida como “problema paisagístico (ou ambiental)”: o Plano Estratégico da Cidade do Rio, homologado em 1995, apontava como um dos problemas da cidade a “forte visibilidade da população de rua” (VAINER, 2000, p. 82). Neste passo, Jordi Borja e Manuel Castells têm muito a “ensinar”. Alertam, a quem interessar possa, que “pobreza urbana e marginalização” (parte constituinte do que chamam de “entorno social”) “condicionam ou influem consideravelmente nas decisões dos agentes econômicos, na atratividade da cidade” (BORJA; CASTELLS apud VAINER, 2000, p. 82). Eis que se reapresenta, no debate sobre o urbano, Manuel Castells. Não mais como um estrategista da “via democrática ao socialismo”. Agora, mais “maduro”, Manuel Castells passou a compor equipes de projetos de reestruturação urbana. A empresa de consultoria da qual Jordi Borja, “seu parceiro”, faz parte, prestou “inolvidáveis” serviços aos mais diversos governos¹² e burgueses do globo. Jordi Borja e Manuel Castells ensinam também a criar um clima de consenso interno às cidades para que o projeto de vendê-las alcance o sucesso almejado. Para tal, a imagem da cidade deve ser concebida como a de uma pátria: “Sem consenso não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno ao projeto” (VAINER, 2000, p. 91). Para que se possa criar tal consenso é preciso, antes de qualquer coisa, que

12 O Partido Socialista chegou ao governo de Barcelona nas primeiras eleições democráticas do pós-guerra em 1979. Se em um primeiro momento (1980-6), tratou-se de “completar com infraestrutura e urbanização aqueles complexos de habitação social da periferia” (SÁNCHEZ, 2010, p. 213); num segundo momento (a partir de 1986, ano em que a cidade foi designada como sede dos Jogos Olímpicos de 1992), houve uma inflexão na política urbana, não mais a urbanização de toda a cidade, a integração de todos os bairros, mas a reestruturação da cidade com o objetivo de vendê-la, de atrair investimentos. Passa-se, então, a concentrar todos os esforços na realização daquilo que se tornou um modelo de experiência urbana “bem sucedida”.

se difunda um clima de crise, uma consciência e um diagnóstico comum de que a cidade está em crise, necessitando do empenho de todos para que se transforme numa “experiência de sucesso” (CASTELLS; BORJA apud VAINER, 2000, p. 92). Difundir tal sensação de crise (ou seja, o destaque deve recair sobre a percepção da crise e não sobre a crise em si) tem um objetivo claro: dissimular os conflitos intrínsecos ao capitalismo. Assim, ensinam Jordi Borja e Manuel Castells a receita para que se organize o consenso: “sensação generalizada de crise de crescimento ou de perda de oportunidades que permite superar os enfrentamentos entre atores relacionados com os conflitos do dia-a-dia” (BORJA; CASTELLS apud VAINER, 2000, p. 93). Daí surgir (apoiado em obras e serviços visíveis – de estilo monumental e simbólico – que realmente melhorem a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população) outro tipo de patriotismo, o patriotismo cívico, funcional à constituição de um projeto de médio e longo prazo:

Cabe ainda ao governo local a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de ‘patriotismo cívico’, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população¹³ (CASTELLS; BORJA apud VAINER, 2000, p. 94).

13 Como equipamentos de estilo monumental e simbólico, pode-se apontar o Museu de Arte do Rio (o MAR) e o Museu do Amanhã, contudo, como se trata de “atrair investidores através de estratégias ao mesmo tempo culturais e econômicas, produzindo paisagens urbanas” (ARANTES, 2013, p. 63), não poderíamos deixar de citar as festejadas Trump Towers Rio. Todos concebidos no intuito de “revitalizar” a zona portuária do Rio. Ana Fani Alessandri Carlos chama atenção, ao analisar o caso da cidade de São Paulo, para este novo tipo de investimento produtivo do capital financeiro internacional em que são construídos edifícios corporativos inteligentes, muito mais funcionais à “nova racionalidade, fundamentada e definida pela tecnologia aplicada à produção e a gestão” (CARLOS, 2011, p. 114). Neste modelo, o Estado tem papel fundamental ao providir a “infraestrutura necessária para a realização deste novo ciclo econômico, redirecionando as políticas urbanas para a construção de um ambiente necessário para que esse capital possa se realizar” (CARLOS, 2011, p. 119). Não se pode, por exemplo, olvidar toda a infraestrutura que está sendo construída na área do porto do Rio: túnel binário, demolição do elevador, VLT, reformulação de antigas avenidas etc. Estes supermodernos edifícios corporativos, funcionais ao processo de flexibilização da gestão empresarial, necessitam de uma rede de comunicação e de circulação específicas, não podem ser construídos em qualquer lugar, assim como os antigos edifícios não se adaptam às novas necessidades. Desse modo, revela-se a importância destes empre-

Pode-se, contudo, indagar: vender à cidade (em forma de parcelas do globo terrestre) para quem? Para o capital internacional, os visitantes (ou seja, os turistas) e os “usuários solváveis” (VAINER, 2000, p. 83), ou seja, para aqueles que podem pagar, que podem consumi-la, os cidadãos da “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1968, p. 68). Em verdade, uma vez que a produção determina o consumo, as cidades estão sendo reestruturadas em benefício das grandes empresas, ou seja, da reprodução do capital. Neste ponto, os experts escreveram um “manual” de “boas práticas”, de promoção da imagem da cidade em que fica claro quem deve gozar os frutos da civilização:

O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestruturas e de serviços (comunicações, serviços econômicos, oferta cultural, segurança etc.) que exercem a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas ‘exportações’ (de bens e serviços, de seus profissionais etc.) (CASTELLS; BORJA apud VAINER, 2000, p. 80).

endimentos, constituindo-se em novas raridades, em espaços sociais encontrados em quantidade reduzida; seu processo produtivo ocorre em áreas restritas, em relação à metrópole, não se produz mais do que fragmentos específicos. Portanto, estas “renovações urbanas” de antigas áreas centrais tão-somente se tornam inteligíveis se as analisarmos no movimento mesmo do processo de reprodução do capital em nível global, assim como os novos edifícios corporativos supermodernos apenas podem ser compreendidos se os relacionarmos ao atual momento da gestão corporativa em que as chamadas novas tecnologias, formas de gestão e de comunicação revolucionam o processo de reprodução do capital. Também não se pode deixar de destacar que estes edifícios somente podem ser funcionais a estas inovações caso se situem numa área adequadamente projetada para tal, daí a importância do Estado, de sua capacidade normativa e de seus vultosos recursos. A intitulada Operação Urbana Consorciada (OUC) da Região do Porto do Rio revela o papel fundamental do Estado neste processo de valorização da terra urbana por meio da chamada “requalificação urbana”, o estudo desta Operação deixa claro seu caráter especulativo e sua inserção direta nos circuitos financeiros (inclusive com a venda de parcelas do solo urbano na Bolsa de Valores): “A OUC do Porto do Rio é, assim, uma operação complexa que transforma a terra – precisamente 4 milhões de m² de área adicional de construção – em título mobiliário a ser comprado na bolsa de valores, com dinheiro do FGTS, que, no final, remunera o próprio capital das grandes empreiteiras do consórcio Porto Novo responsável pela PPP” (CARDOSO, 2013, p. 187). Sem esquecer que o processo de espoliação envolve grande quantidade de terra pública, conforme Isabel Cardoso (2013, p. 187), 85% do total, e exige “a expulsão da população pobre que ocupa os cortiços, favelas e imóveis abandonados/vazios da região”.

Numa cidade assim planejada, não se deve esperar que os mecanismos de controle político e social, desenvolvidos num momento de maior equilíbrio de forças entre as classes, sejam valorizados. Quanto a este aspecto, Manuel Castells mostra que abandonou completamente qualquer “via democrática ao socialismo”. Sua adesão ao que Carlos Vainer qualifica de “ditadura gerencial” é completa: “As formas de gestão e de contratação devem assegurar a agilidade e a transparência e responder a critérios de eficiência econômica e eficácia social e não de controle político ou burocrático” (CASTELLS; BORJA apud VAINER, 2000, p. 90). Manuel Castells e Jordi Borja chegam mesmo a prescrever a adoção de normas no quadro político-institucional que assegurem a continuidade da gestão municipal: “supressão dos impedimentos à reeleição e/ou prolongamento dos mandatos de quatro para seis anos” (CASTELLS; BORJA apud VAINER, 2000, p. 96). Aveso a disputas político-partidárias, coerente com sua visão de “fazer cidade”, Borja defende a exclusão dos partidos políticos das eleições municipais: “o confronto cidadão não corresponde ao que ocorre entre os partidos nacionais. Seria desejável que os partidos políticos se abstivessem de concorrer, como tais, às eleições municipais” (BORJA apud VAINER, 2000, p. 96). Assim, conforme suas prescrições, as cidades precisam de prefeitos carismáticos, de personalidades fortes, dinâmicos e que sejam capazes de exercer “uma liderança personalizada” (CASTELLS, BORJA apud VAINER, 2000, p. 97).

Não há dúvida, portanto, de que se deve relacionar reestruturação urbana à reestruturação produtiva, “planejamento estratégico” ao redimensionamento do sentido e da forma de se planejar e produzir cidade, no qual a cidade é produzida para que suas partes “renovadas” possam ser vendidas e em que planejamento estatal e privado se confundem, mais acertadamente, aquele se dá em benefício deste. O neoliberalismo não se limitou a retomar o Estado e seus serviços para o movimento de reprodução do capital; uma vez “restaurado” seu poder sobre o aparelho de Estado, o capital pôde, ao reestruturá-las, reapropriar-se também das cidades. Assim, um “valor de uso civilizatório como a cidade” é integralmente mercantilizado (ARANTES, 2000, p. 17).

Percebe-se, desde que não se “caia no conto do vigário”, que, com a ascensão do neoliberalismo, não se abandona nem o planejamento nem o usufruto do poder do Estado (como imaginam os ingênuos e difundem seus apologistas), mas os refuncionalizam em proveito do capital, de sua reprodução. Nesta inversão completa dos termos, os ensinamentos de Le-

febre, na passagem das décadas de 1960 e 1970, ressurgem com impressionante vigor. Contrapondo a cidade como valor de troca, à substituição da obra pelo produto, nosso autor reivindica o seu valor de uso. Lefebvre se nega a reduzir à luta urbana a uma luta por serviços, por melhorar os meios coletivos de consumo (como o fez o “jovem” Manuel Castells¹⁴). Sabe que há muito mais em jogo:

A questão da habitação, tratada por Engels há um século, está um pouco modificada; ela tornou-se uma parte da questão urbana, que, por sua vez, tornou-se uma parte da questão do espaço. Essas questões só podem ser resolvidas por uma gestão e por uma apropriação coletivas do espaço. O que se vincula, de um lado, à propriedade do solo e, por outro, é preciso reconhecer, à grande estratégia planetária (LEFEBVRE, 2008a, p. 161).

Como ficou claro ao longo dessa exposição, é preciso analisar a luta urbana adotando como ponto de partida as determinações mais importantes no que diz respeito à produção da cidade. Quanto a isso, Lefebvre procurou seguir os passos de Marx. Aprender seu método e seus conceitos. Procurou atualizar seu pensamento diante de um fenômeno que se impunha a olhos vistos e que o marxismo precisava compreender e militantes comunistas nele intervir. Lefebvre nos revela ser a cidade espaço estratégico da luta de classes. Expõe-nos o papel fundamental do urbano para a reprodução das relações sociais de produção capitalistas e para a produção do espaço no sentido de fazer frente à queda tendencial da taxa de lucro. Por meio do estudo das obras de Marx, Engels e Lefebvre se revela ser a relação capital/trabalho o núcleo determinante da contradição fundamental do espaço urbano, a saber, a contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada. Por meio da análise do processo de produção do espaço urbano se depreende a causa fundamental do processo essencial de negação do direito à cidade, de segregação socioespacial, a saber, a necessidade do capital de produzir seu próprio espaço com vistas à sua reprodução. É por meio deste processo de trabalho (de incorporação de trabalho à terra) que se valoriza o espaço urbano; esta valorização real permite ações especulativas. Eis o núcleo real da luta de classes na e pela cidade.

A terra urbana não é somente um produto natural, mas também social. O valor da terra (de certa área) é determinado pela quantidade de trabalho

14 Para a crítica à formulação teórica do “jovem” Castells, Cf. MARTINS, 2014.

nela incorporado, pelo trabalho social (MARX, 2008, p. 845). Daí a terra, a localização do imóvel, ser o fator fundamental da constituição do preço do imóvel em geral. Sendo assim, o investimento público e privado tem como consequência necessária o aumento do valor do imóvel, sua valorização. Em consequência, há aumento do custo de vida e, em decorrência, a expulsão dos mais pobres. Portanto, a contradição fundamental ao processo de produção do espaço urbano não é outra que aquela revelada por Marx como a essencial ao modo de produção capitalista: a contradição entre a produção socializada (no caso, da cidade, da metrópole como centralizadora de força de trabalho, de comércio, de aparelhos estatais, financeiros, de comunicação, de capital etc.) e sua apropriação privada (para o caso do espaço urbano, por meio da propriedade privada, do seu parcelamento). Portanto, a superação da segregação socioespacial (surgida com a transformação da cidade para que melhor se adequasse ao novo modo de produção tornado hegemônico) somente pode ocorrer com a superação deste mesmo modo de produção (de sua legalidade, das relações sociais de produção capitalistas), com a intervenção radical do elemento central ao processo de produção que, por sua posição neste processo, pode fazer frente ao capital, o trabalho; mas, desde que não se oblitere o terceiro elemento (cuja atenção foi chamada por Marx no último livro – inacabado – de *O Capital*), a terra.

Referências bibliográficas

ABREU, M. A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. In: Espaço & Debates: revista de estudos regionais e urbanos, n. 37. São Paulo: NERU: Cortez, 1994. p. 34-46.

_____. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. 4. ed. 3. reimp. Rio de Janeiro: IPP, 2011.

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.

_____. Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas [2012]. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2013.

ASCHER, F. Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades refloresce. Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro: UFRJ, VIII, n. 1, p. 83-96, abr. 1994.

BENCHIMOL, J. L. Pereira Passos: um Haussmann Tropical – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: B. Carioca, 1990.

CARDOSO, I. C. C. Das Reformas Urbanas da transição ao século XX à Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio: apontamentos para um debate. In: GOMES, M. F. C. M. et al (Orgs.). Renovação Urbana, Mercantilização da Cidade e Desigualdades Socioespaciais. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. p. 173-91.

CARLOS, A. F. A. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, L. A. Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro (1886-1906). 2. ed. Rio de Janeiro: Sec. Munic. de Cultura, 1995.

CHADE, J. Custo dos estádios da Copa chegará a R\$ 8,9 bilhões. O Estado de São Paulo, Genebra, 27. Jan. 2014. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/>

esportes,custo-dos-estadios-da-copa-do-mundo-já-chega-a-r-8-9-bilhoes,1123266,0.htm>. Acesso em: 27 jan. 2014.

CHALHOUB, S. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial [1996]. – 4. reimp. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

CISCATI, R. As cidades que querem voar: uma nova teoria... Época. São Paulo: Globo, n. 771, p. 68-70, mar. 2013.

DUNLOP, C. J. Os meios de transporte do Rio Antigo. Rio de Janeiro: S. de Documentação, 1972.

ENGELS, F. Contribuição ao problema da Habitação. In: MARX, K; ENGELS, F. Textos. v. II. São Paulo: Sociais, 1976. p. 39-116.

HARVEY, D. A Produção Capitalista do Espaço [2001]. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

IPP. Cadernos do Rio: Favela x Não Favela. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/3288_favelas_bairros_formais.PDF>. Acesso em: 17 jan. 2014.

LEFEBVRE, H. (Org.). A irrupção – a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos [1968]. São Paulo: Documentos, 1968.

_____. *Lógica Formal/Lógica Dialética* [1947]. 4. ed. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 1987.

_____. *Espaço e Política* [1972]. Belo Horizonte: UFMG, 2008a.

_____. *A revolução urbana* [1970]. 3. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2008b.

LENIN, V. I. *Imperialismo: estágio superior do capitalismo* [1916]. São Paulo: E. Popular, 2012.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma Estética Marxista*. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 1968.

_____. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MARTINS, R. M. “Entre o pensar e o viver”: um estudo sobre a cidade como espaço estratégico da luta de classes. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. 400 f.

MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro III, v. VI [1894]. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2008.

MENDONÇA, M. Como o Rio voltou a influenciar e a inspirar o Brasil. *Época*. São Paulo: Globo, n. 771, p. 46-55, mar. 2013.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: E. Popular, 2011.

PAES, Eduardo. [‘Todo governante tem inveja de mim, até a Dilma’, diz Eduardo Paes]. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Morris Kachani da TV Folha em 14 de outubro de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KxPIHIqUfkc>. Acesso em: 30 set. 2013.

ROLNIK, Raquel. [Especulação imobiliária impede direito à moradia]. Entrevista concedida a MENGARDO, B. et al. *Caros Amigos*. São Paulo: C. Amarela, n. 169, p. 12-7, abr. 2011.

VAINER, C. B. *Pátria, empresa e mercadoria: Notas...* In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.75-103.

SAES, A. M. *Conflitos do capital: LIGHT versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Bauru: EDUSC, 2010.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades para um mercado mundial [2001]. 2. ed. Chapecó: ARGOS, 2010

* Raphael Martins é mestre em Serviço Social pela PPGSS da UFRJ.
<*raphaeltel@yahoo.com.br*>

** A pesquisa que embasou este texto foi financiada com recursos da FAPERJ.

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues
VICE-DIRETOR
Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO**
Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)
José Paulo Netto (ESS - UFRJ)
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)
Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Gabriela Maria Lema Icasuriaga
(ESS-UFRJ)
Rosemere Santos Maia (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT,
Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota
(UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima
(UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS),
Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-
Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa
dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga
(PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de
Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes
(University College London - Inglaterra),
Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena
Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete
Simionatto (UFSC-SC), José Fernando
Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de
Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim
(UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes
(UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-
RJ), Margarita Rosas (Universidad de La
Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck
(PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva
(UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de
Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria
Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria
Lúcia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia
Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy
(EHSS-França), Monica Dimartino
(Universidad de La Republica de Uruguay-
Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-
SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-
DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP),
Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana
Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio
Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva
(PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School
of Economics-Inglaterra), Valéria Forti
(UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP),
Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de
Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho
Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi
Maria de Fátima Migliari

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
ess.ufrj.br/praiavermelha

Foto de Capa: Fábio Rodrigues Pozzebom/
Agência Brasil